

Mariz de Oliveira: OAB grande, dirigentes devotados

A advocacia vem passando, não é de hoje, por uma crise marcada pela ausência de respeito e de representantes de instituições do Estado.



Nós, advogados, conhecemos o nosso valor, a nossa

imprescindibilidade para a administração da Justiça e a nossa importância como porta-vozes dos anseios e das aspirações da coletividade.

Assim, e em defesa de nossa imagem e de nosso passado, temos a obrigação de captar as razões da crise que nos atinge e nos empenharmos para debelá-la.

Sente-se nitidamente que para alguns membros do Poder Judiciário, especialmente em certas áreas, a nossa presença é despreciada e chega a atrapalhar, como já verbalizou um juiz hoje aposentado. Esses juízes apenas nos toleram porque a Constituição exige a nossa presença na relação processual.

Por paradoxal que possa parecer, aqueles que nos julgam menores na cena judiciária clamam pela nossa presença quando estão às voltas com conflitos individuais ou quando as suas prerrogativas estão em risco, como aconteceu com a magistratura em passado recente.

É digno de registro o empenho de juízes e de promotores em se inscrever na Ordem, assim que se aposentam. Nos queriam à distância, agora querem ficar ao nosso lado. Talvez eles, sim, para atrapalhar...

A verificação das causas da crise e as ações para eliminá-las necessariamente passam pela Ordem dos Advogados, nosso órgão oficial de representação.

No entanto, tenho sentido, há vários anos, uma incompreensível acomodação de alguns dirigentes da OAB com essa situação de desprestígio. Pouco ou nada fazem. Suas preocupações são outras.

Com as necessárias ressalvas, muitos querem ostentar os seus honrosos cargos e nada mais. Outros procuram transformá-los em palco propício para a exploração midiática e para a promoção pessoal.

A postulação dos cargos de direção da Ordem justifica-se tão somente se estiver baseada no ideal de servir à advocacia com desprendimento e olhos postos nas reais necessidades da profissão.

Cada postulante deve expor um ideário claro e objetivo, uma agenda de ações e realizações que abranjam todas as questões de realce dentro dos objetivos da entidade.

Sem um compromisso com essa agenda, deve-se desconfiar das intenções dos que pleiteiam cargos. Poderão estar motivados apenas pela vaidade, pelo prestígio, pelo realce que o cargo proporciona ou até por motivos inconfessáveis.

Venho de uma época em que os dirigentes da entidade agiam como verdadeiros Quixotes — inconformados, rebeldes, insatisfeitos —, e assim perseguiram utopias para transformá-las em sonhos e esses em realidade. Falo dos anos 60, 70 e 80, nos quais a sociedade ficou devedora dos advogados e de sua entidade-mãe.

Nós todos acreditávamos no valor da advocacia como agente transformador da sociedade.

Pergunta-se: nos dias de hoje não há quem assim pense? Sem dúvida há. No entanto, há também uma clara tendência ao individualismo e ao protagonismo pessoal, em detrimento dos interesses coletivos.

O eleitor advogado deve observar o comportamento e as falas dos candidatos para fazer uma correta depuração e uma boa escolha. A opção não pode recair sobre os que agem movidos pelo imediatismo, oportunismo e egoísmo. O desprendimento pessoal e a clara visão dos problemas e das possíveis soluções constituem bons critérios.

Não servem para nos dirigir aqueles que enxergam a OAB como um clube recreativo, como mera ação entre amigos, como um estágio seguro para conquistas no campo pessoal.

A entidade paira acima de qualquer tipo de agremiação, pelos seus objetivos, pela sua história e por seu potencial de entidade que reúne profissionais aptos a construir uma pátria melhor.

Date Created

16/03/2021